

---

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO/PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - RJ.**

**Ref.: Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 01/2022.**

**Processo administrativo nº 9282/2021.**

A **AJ2 SOLUÇÕES LOGÍSTICAS E SAÚDE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.047.695/0001-28, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, sítio a Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, bloco 03 - sala 1218 - CEP: 22775-057, Barra da Tijuca - RJ, neste ato representada por seu representante legal **WELINGTON SIQUEIRA CANDIDO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 32511824 - SSP/SP e CPF nº 213.208.398-35, residente e domiciliado na Avenida das Américas, nº 19221, casa 29, CEP 22790-703, Recreio dos Bandeirantes - RJ, vem, tempestivamente, apresentar:

#### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Com fulcro no parágrafo 2º do art. 41, da Lei nº 8666/93, e na Lei 10.520/2002, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

#### **I - DA TEMPESTIVIDADE**

A presente Impugnação é plenamente tempestiva, uma vez que

---

o prazo para protocolar o pedido é de 02 (dois) dias úteis anteriores a abertura dos envelopes de proposta, razão pela qual deve conhecer e julgar a presente impugnação.

## **II – DOS FATOS**

Em uma breve síntese dos fatos, a subscrevente tem interesse em participar do certame para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII E VIII DO REFERIDO EDITAL.**

Ao verificar as condições para participação na licitação citada, constatou-se que o edital traz em seu bojo uma gama enorme de ilegalidades, o que vai de encontro a princípios constitucionais e os princípios que regem os processos licitatórios.

## **III – DA FUNDAMENTAÇÃO**

### **1. A NÃO VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR**

O edital não traz qualquer vedação à participação de entidades do 3º setor, a exemplo de associações, OS's, OSCIP's, e similares.

Nisso incorre em grave violação ao princípio da isonomia, e ao princípio da competitividade, contrariando as orientações mais recentes dos Tribunais, tanto de Contas

---

quando de Justiça.

A explicação é singela, pois ao não vedar a participação desse tipo de entidade, o edital chancela verdadeira violação ao artigo 3º da Lei 8.666/93, o que não pode ser admitido.

É notório o fato de que as instituições do terceiro setor, sem fins lucrativos, gozam de benefícios tributários concedidos pela Constituição Federal e pelo Código Tributário Nacional.

Referidas imunidades tributárias concedidas atingem diversos tributos e contribuições sociais - obrigações pecuniárias que oneram a prestação de serviço e o fornecimento de produtos - e lhes permitem que ofereçam proposta financeira em desequilíbrio aos demais competidores que são sobrecarregados com elevados impostos.

A disparidade das condições financeiras e regime tributário entre sociedades empresárias e entidades sem fins lucrativos impede uma justa competição que deve guardar as licitações.

Em recente julgado o Tribunal de Justiça de São Paulo, em julgamento de Mandado de Segurança 1007822-74.2016.8.26.0224, bem se manifestou sobre o tema, afirmando:

"Ademais, anote-se julgado da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital (processo nº 1042395-40.2014), onde foi prolatada sentença abstendo a AFIP de participar de licitações que visassem à contratação de

---

serviços de exames laboratoriais, uma vez que se trata de entidade sem fins lucrativos, com tratamento tributário diferenciado, conferindo-lhe vantagem indevida no tipo de certame analisado nestes autos. Entendeu a r. sentença que a participação da AFIP no procedimento licitatório violaria o princípio da isonomia, pois é beneficiária de prerrogativas fiscais que influiriam diretamente no preço ofertado pelo objeto do contrato, beneficiando-a em detrimento das demais participantes. Ainda, há o teor da decisão dos autos do mandado de segurança nº 1000322-46.2015 que trata de feito impetrado pela empresa Labclim Diagnósticos Laboratoriais Ltda contra o Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, onde houve a determinação do cancelamento do contrato assinado entre a Municipalidade e a empresa AFIP, e corrobora o entendimento dos autos da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que decidiu pela não participação de dita empresa em processos de licitação dada a sua natureza beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, incompatível com o procedimento licitatório."

Também no mesmo sentido já se manifestou o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em sessão realizada em 28 de maio de 2019:

"DISPENSA DE LICITAÇÃO. ENTIDADE TERCEIRO SETOR. PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS. ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA - AFIP. FALTA DE PLANEJAMENTO. AUSÊNCIA EMPENHO. CONTRATO VERBAL. EXECUÇÃO CONTRATUAL. IRREGULARIDADE. 1. Entidades do Terceiro Setor são impedidas de participar de procedimento licitatório e

---

firmar contratos administrativos com fins lucrativos. 2. Para dispensa de licitação, nos moldes do artigo 24 IV da Lei Federal nº 8.666/3, a situação adversa, dada como emergência ou de calamidade pública, não deve ter se originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis. 3. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho."

A isonomia entre os concorrentes é pilar do processo licitatório desde o ato convocatório, que deve ser aberto a todos àqueles que têm condições de fornecer o objeto pretendido pela Administração.

Repita-se: a sua qualificação (OS's e entidades associativas similares) visa a prestação de serviço social para qual recebe vantagens fiscais que ferem a isonomia da disputa, cria vantagem indevida em relação às demais licitantes na medida em que tem menor custo de operação, a partir da utilização de títulos e prerrogativas fiscais, o que é vedado pelo art. 3º da Lei 8.666/93.

Reforçando decisões do TJSP:

"MANDADO DE SEGURANÇA - Pregão - Participação de OSCIP em licitação - Impossibilidade - Quebra de isonomia, com afronta ao disposto no art. 3º da Lei 8.666/93 - Ordem denegada na 1ª Instância - Sentença reformada. Recurso provido." (TJSP; Apelação 1016588-21.2016.8.26.0482; Relator (a): Leme de Campos; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Público; Foro de Presidente Prudente - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 18/12/2017; Data de Registro: 19/12/2017).

A decisão é incensurável.

Do bojo do voto o Des. Relator destacou que:

"Nestes termos, é evidente que tinha maiores condições de apresentar proposta vantajosa no procedimento licitatório. Ora, bem se sabe que entidades dessa categoria recebem diversos benefícios fiscais e operam sob incentivo do Estado e de outros setores da sociedade, de forma que possuem custos reduzidos em comparação a uma empresa privada comum.

(...) Nos termos do que dispõe a Lei nº 9.790/99, a relação estabelecida entre OSCIP e Poder Público deve compreender vínculo de cooperação, instrumentalizado por meio de Termo de Parceria. Quando muito e desde que o objeto do contrato justifique a contratação direta, pode haver dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, XXIV, da lei 8.666/93. O que não pode haver, como visto, é a participação de tais entidades em licitações promovidas pela Administração Pública, sob pena de deturpar a finalidade do procedimento licitatório."

O TCU também já decidiu no Acórdão 746/14 que:

"2. A participação de OSCIP em torneios licitatórios da Administração Pública consubstancia quebra do princípio da isonomia, eis que tais entidades possuem benesses fiscais, a elas concedidas para atuarem mediante o estabelecimento de Termo de Parceria."

---

Ou seja, é irrelevante ser OSCIP, OS ou associação civil sem essas certificações. Basta gozar de benefício fiscal a que outras empresas não façam jus.

Vale reforçar a orientação do TJSP sobre o tema em outro julgado:

“REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. Participação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações Sociais (OS) no certame. Objeto do contrato. Prestação de serviços e fornecimento de mão de obra. Incompatibilidade com as finalidades filantrópicas. Violação do princípio da isonomia. Regime tributário diferenciado. Influência das prerrogativas no valor da proposta, beneficiando estas entidades em detrimento das demais participantes do certame. REEXAME NECESSÁRIO REJEITADO.” (TJSP; Remessa Necessária 1001080-57.2014.8.26.0077; Relator (a): José Maria Câmara Junior; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Público; Foro de Birigui - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 04/03/2015; Data de Registro: 04/03/2015).

Por tudo isso, pede-se o acolhimento da impugnação para corrigir a ofensa à isonomia e ampla competitividade de modo que a participação de OS's e entidades associativas similares que disfrutem de benefícios fiscais seja impedida.

## **2. DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

O ITEM 4.3.6, alínea “a” versa:

---

**"No mínimo 2 (dois) atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do proponente, que comprove ter ela executado ou estar executando serviços pertinentes com as características do objeto licitado."**

A exigência de comprovação que afeta à qualificação técnica deve estar restrita ao mínimo indispensável à execução do objeto, nos termos estabelecidos pelo art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal.

Cabe à Administração, portanto, em cada caso concreto, avaliar a real necessidade de exigir os documentos arrolados no art. 30 da Lei nº 8.666/93, inclusive no que diz respeito à capacidade técnica-operacional, e em que medida.

Conforme precedente recente, extraído do Informativo de Licitações e Contratos nº 366 do Tribunal de Contas da União, é irregular a exigência de número mínimo de atestados de capacidade técnica para fins de habilitação, a não ser que a especificidade do objeto a recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar explicitados no processo licitatório; o que reforça o dever de motivação relativamente à definição dos quesitos habilitatórios de fato adequados e indispensáveis, em conformidade com o objeto a ser contratado.

*In verbis* a íntegra do excerto publicado no Informativo:

***É irregular a exigência de número mínimo de atestados de capacidade técnica para fins***



---

**de habilitação, a não ser que a especificidade do objeto a recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar explicitados no processo licitatório.**

Representação formulada ao TCU apontou supostas irregularidades no item 1 do Pregão Eletrônico 10/2018, promovido pelo Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (Conter), cujo objeto era o "fornecimento de material para distribuição gratuita como brindes, na forma de 3.000 canetas esferográficas", adjudicado pelo valor de R\$ 18.449,99. Entre as irregularidades suscitadas, mereceu destaque a existência de indícios de que a empresa vencedora do referido item teria sido habilitada indevidamente, uma vez que não possuiria dois atestados exigidos pelo edital para sua qualificação técnica. Não obstante assinalar que os indícios de irregularidade poderiam configurar afronta aos princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, a unidade instrutiva ponderou que a exigência de apresentação de dois atestados de capacidade técnica, para fins de habilitação, contraria a jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 1.052/2012-Plenário, segundo o qual "a Administração Pública deve se abster de estabelecer número mínimo de atestados de capacidade técnica, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação", e também do Acórdão 1.937/2003-Plenário, no qual restou assente que "o estabelecimento de uma quantidade mínima e/ou certa de atestados fere o preceito constitucional da isonomia porque desigualdade injustamente concorrentes que apresentam as mesmas condições de qualificação técnica. Como dizer que um licitante detentor de um atestado de

aptidão é menos capaz do que o licitante que dispõe de dois? Ora, a capacidade técnica de realizar o objeto existe, independentemente do número de vezes que tenha sido exercitada, ou não existe. Garantida a capacitação por meio de um atestado, não vejo como a Administração exigir algo a mais sem exorbitar as limitações constitucionais". Com base nesses argumentos, a unidade técnica propôs, preliminarmente, a oitiva do Conter e da empresa vencedora do item 1 do aludido pregão. Em seu voto, o relator ponderou que, embora houvesse evidências de requisitos excessivos no edital e de impropriedades na condução do certame, a representação não deveria ter prosseguimento, ao contrário do que propunha a unidade técnica. Em primeiro lugar, devido à baixa materialidade dos valores envolvidos, "à luz dos princípios da racionalidade administrativa, da economia processual e de que o custo do controle não pode superar os benefícios dele decorrentes". Em segundo lugar, porque "parte da impropriedade identificada poderia ser amenizada" com base nos princípios do formalismo moderado e da busca da verdade material, uma vez que a empresa vencedora do certame, apesar de "ter entregado atestados incorretos em um primeiro momento, ela posteriormente demonstrou, por meio da apresentação de novos documentos, que possuía a capacidade de fornecer os itens licitados". Além disso, seguindo a ótica da unidade técnica "quanto à não razoabilidade de exigência de dois atestados, verifico que a apresentação apenas do segundo atestado pela empresa já seria suficiente para a sua habilitação". Acolhendo o voto do relator, o Plenário decidiu considerar parcialmente procedente a representação, sem prejuízo de, com vistas à adoção de medidas de prevenção à ocorrência de outras falhas semelhantes,

---

*dar ciência ao Conter que "a exigência de apresentação de dois atestados de capacidade técnica é contrária à jurisprudência do TCU, que considera irregular o estabelecimento de número mínimo de atestados para fins de habilitação, a exemplo dos Acórdão 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 e 1.052/2012 do Plenário, a não ser que a especificidade do objeto recomende esse requisito, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação". Acórdão 825/2019 Plenário, Representação, Relator Ministro-Substituto Augusto Sherman.*

Desta forma conclui-se que exigência de, no mínimo, dois atestados de capacidade técnica fere o princípio da legalidade, extrapolando os limites legais.

Vejamos também o que regra O § 5º do artigo 30 da Lei 8666/93:

**§ 5º - É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação. (grifo nosso)**

A Lei de Licitação em nenhum momento concede a possibilidade de exigir um número mínimo de atestados. A Administração não possui discricionariedade para tal, ou seja, não pode exigir algo que a lei não lhe permita.

---

Hely Lopes Meirelles, pai do Direito Administrativo Brasileiro leciona que: "Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto, na Administração pessoal é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. **Na Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza.**" (grifo nosso).

Ademais, a Impugnante em apenas um contrato pode ter executado objeto idêntico ou até superior a do objeto licitado, em que apenas este atestado já seria suficiente para demonstrar a capacidade da empresa.

Acerca do assunto, o professor Carlos Pinto Coelho Motta leciona:

"Não é admissível a exigência de número *mínimo*, ou *máximo*, ou mesmo *certo*, de atestados de capacitação técnica" (in Eficácia nas Licitações e Contratos, 11<sup>a</sup> ed., Belo Horizonte, Del Rey, 2008. p. 377).

Por tudo isso, pede-se o acolhimento da impugnação para corrigir a ofensa à isonomia, ampla competitividade e o princípio da legalidade, de modo que a exigência de 2 (dois) atestado de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado seja impedida.

### **3. DO REAJUSTE DE PREÇO**

O ITEM VIII (DO PREÇO), alínea 8.4, diz que: "Não haverá reajuste de preço."

---

O inciso XXI do art. 37 da Constituição da República assegura a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos durante toda a sua execução:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, **com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta**, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. (grifo nosso).

Para garantir efetividade à previsão constitucional, são previstos na legislação ordinária mecanismos para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, dentre os quais se inclui o reajuste de preços.

O reajuste de preços “é a via jurídica adequada para preservar o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido pelas partes, quando elevações de custos, ocasionadas pela variação no poder aquisitivo da moeda, se

---

mostrem capazes de inviabilizar a execução do objeto contratado” (DOTTI, 2016, p. 368).

Em outras palavras, o reajuste visa atualizar o valor do contrato para fazer frente ao desequilíbrio ordinário e previsível provocado pela elevação dos custos de produção, especialmente quando determinada pelo processo inflacionário.

**A Lei de Licitações prevê a indicação do critério de reajuste como cláusula obrigatória do ato convocatório** (art. 40, inciso XI) e necessária em todo instrumento de contrato (art. 55, inciso III). Confira-se:

“Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do

---

adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;”.

Em igual sentido, a Lei nº. 10.192/01 prevê que:

“Art. 2º É admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de **duração igual ou superior a um ano**”.  
(grifo nosso)

Nesse sentido, o Tribunal de Conta da União concluiu ser **irregular a ausência de cláusula de reajuste de preço em contrato com vigência de 12 meses.**

A relatora, ao analisar a questão, sustentou que “**o estabelecimento dos critérios de reajuste dos preços, tanto no edital quanto no instrumento contratual, não constitui discricionariedade conferida ao gestor, mas sim verdadeira imposição, ante o disposto nos artigos 40, inciso XI, e 55, inciso III, da Lei 8.666/93 – acórdão 2.804/2010 – Plenário**”. (TCU, Acórdão nº 2.205/2016, Plenário, Rel. Min. Ana Arraes, DOU de 01.09.2016 – grifamos.)

Interpretando minuciosamente a legislação e acórdão acima citados, entendemos que o reajuste contratual tem como finalidade substancial manter as condições reais e concretas existentes na proposta, reconquistar os valores contratados pela defasagem gerada por fatores externos que promoveram a variação dos custos do contrato.

---

Vê-se, pois, que no regime da Lei de Licitações e Contratos, o reajuste de preços decorre de ordem legal, e não de deferimento administrativo. **A lei impõe à Administração reajustar os preços contratuais.**

Por tudo isso, pede-se o acolhimento da impugnação para corrigir a ofensa.

**4. Exigência de protocolo físico para interpor recurso ou impugnar Edital de licitação**

Não é admissível, na atualidade, que a Administração Pública rejeite a possibilidade de utilização dos modernos meios de comunicação para apresentação de recursos administrativos, impugnações ou pedidos de esclarecimentos.

Há previsão no edital exigindo o protocolo das Impugnações somente na forma física (presencial) maculando o direito à ampla defesa e ao contraditório, restringindo demasiadamente a possibilidade de participação de possíveis interessados no certame, **principalmente daquelas licitantes que estão fisicamente distantes.**

Esse tipo de irregularidade prejudica os licitantes em seu direito de petição, previsto no art. 5º, XXXIV, a, da Constituição Federal:



---

Art. 5º (...) XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

E, por conseguinte, **viola a competitividade licitatória**, disposta no art. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.666/93 (art. 9º, I, a, da Lei 14.133/2021), sendo **vedado** ao agente público admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório.

Em recente acórdão, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (**TCE-MG**) assim deliberou:

É **irregular** a exigência editalícia de protocolo físico dos recursos administrativos, diretamente na sede da Prefeitura Municipal, tendo em vista que a ausência no edital da possibilidade de entrega por fac-símile ou por meio eletrônico **prejudica os licitantes em seu direito de petição e, por conseguinte, viola a competitividade licitatória.** (TCE-MG - Processo 1047986/2021 - Denúncia) - grifo nosso

Nesse mesmo sentido, O **TCE-MG** deliberou, no julgamento da **Denúncia n. 1054231/2020**, que a previsão de que os documentos sejam protocolizados diretamente na sede do órgão pode prejudicar o caráter competitivo da licitação:

"A previsão editalícia de impugnação ao instrumento convocatório apenas pela via presencial pode ser considerada óbice à competitividade, além de restringir o

---

direito ao contraditório e à ampla defesa dos interessados em participarem do procedimento licitatório, razão pela qual **deve ser garantida a possibilidade de insurgência por outras vias, entre as quais se inclui o meio eletrônico.**"

Restrições como essa não encontra amparo na Lei nº 8.666/93 e deve ser evitada pelos órgãos licitantes, pois se trata de excesso de formalismo não mais aceitável, sendo que o adequado seria a previsão de recebimento de mencionados documentos **da forma mais ampla possível, sem excluir, sobretudo, o meio eletrônico, amplamente utilizado nos certames atuais.**

É manifesto que os procedimentos licitatórios devem primar pela estrita observância dos princípios que lhe são correlatos, notadamente os da universalidade e da isonomia.

Os meios de comunicação virtuais estão muito bem desenvolvidos e acessíveis a todos, facilitando de maneira ampla e definitiva a vida das empresas e dos cidadãos, não devendo, de forma alguma, ser desconsiderado pela Administração Pública em procedimentos licitatórios.

Por tudo isso, pede-se o acolhimento da impugnação para corrigir a ofensa.

---

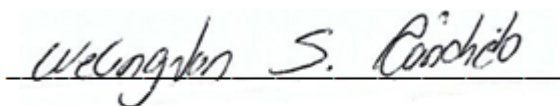
**IV – DOS PEDIDOS**

- a) Em face do exposto, requer que seja a presente IMPUGNAÇÃO JULGADA PROCEDENTE, com efeito de corrigir os itens acima descritos, cessando de imediato as divergências e interpretações e demais itens que possam ensejar a nulidade de pleno direito dos itens, ora combatidos;
- b) Requer ainda seja determinada a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2022.

A handwritten signature in black ink, reading 'Wellington S. Cândido', written over a horizontal line.

Wellington Siqueira Cândido  
Sócio Administrador

